



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA – PROEAD**

CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RAIMUNDA VALÉRIA MARTINS BARROS

**OS BENEFÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO**

POMBAL - PB

2014.2

RAIMUNDA VALÉRIA MARTINS BARROS

**OS BENEFÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) III – Gestão Municipal, semestre 2014.2.

Orientadora: Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos

POMBAL - PB

2014.2

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B277b Barros, Raimunda Valéria Martins.
Os benefícios da merenda escolar na rede municipal de ensino
[manuscrito] : / Raimunda Valéria Martins Barros. - 2014.
32 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública - EAD) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos, Secretaria
de Educação à Distância".

1. Merenda escolar. 2. Alimentação. 3. Desempenho
escolar. I. Título.

21. ed. CDD 371.716

RAIMUNDA VALÉRIA MARTINS BARROS

OS BENEFÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO


TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) III – Gestão Municipal, semestre 2014.2.

Aprovada em: 06/12/2014.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Eliete Correia dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Symone Nayara Calixto Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



— Prof. Esp. Ericson Robson de Sousa Bernardo —
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

AGRADECIMENTOS

À Deus por sua providência, por ter me sustentado e arrastado, “até aqui o Senhor me ajudou”. Pela graça da coragem e perseverança.

À Jacqueline Barrancos, coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho.

À professora Eliete Correia dos Santos pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

À minha família, pelo apoio material e torcida.

A minha mãe (*in memoriam*), que tanto me incentivou enquanto vivia, para que eu fiz esse um curso superior.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos tutores e funcionários da UEPB, Joseilma Dantas, Descartes e Simone, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Aos meus amigos que tanto me incentivaram e intercederam por essa conquista.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	10
3	O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	12
4	A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR	15
5	METODOLOGIA	18
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	19
7	CONCLUSÃO	22
	ABSTRACT.....	24
	REFERÊNCIAS.....	25
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	26
	ANEXO A - ALIMENTOS LICITADOS PARA A MERENDA ESCOLAR REFERENTE ANO DE 2014	27
	ANEXO B - CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PATOS -PB ANO LETIVO 2014.....	28
	ANEXO C - PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	29
	ANEXO D - PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	30
	ANEXO E - II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC	31
	ANEXO F - IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO	32

OS BENEFÍCIOS DA MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Raimunda Valéria Martins Barros

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal demonstrar os benefícios propiciados pela merenda escolar na rede municipal de ensino da cidade de Patos PB, tendo como base a Escola Municipal Monsenhor Manoel Vieira. A merenda Escolar ao longo dos anos, vem sendo vista como uma necessidade básica ao desenvolvimento do educando. A utilização de uma alimentação de qualidade favorece ao educando um crescimento tanto do aspecto físico, intelectual, emocional e social. A merenda escolar é um direito de meninos e meninas, pois ela pode influenciar bastante no desempenho do aluno. Por isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece como função do Estado assegurar a alimentação de qualidade na escola. O período em que o aluno permanece na escola deve ser de bem-estar para facilitar o aprendizado. Uma boa alimentação contribui, portanto, para um melhor desempenho escolar e, conseqüentemente, diminui a repetência. A merenda pode contribuir, também, para formação de bons hábitos alimentares. Conforme orientações do Governo Federal, as refeições escolares devem ser uma suplementação alimentar fornecida aos alunos matriculados em escolas oficiais de Educação Infantil e Ensino Fundamental. É prevista pela Constituição Federal e deve suprir, no mínimo, 15% das necessidades calóricas diárias. Em nossas escolas é merenda se tornou uma ação corriqueira, onde a escola favorece socialmente o desenvolvimento da criança e do jovem na busca pelo desenvolvimento pleno do cidadão.

Palavras-chave: Merenda Escolar. Alimentação. Desempenho Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a alimentação e nutrição adequadas são requisitos essenciais para o crescimento e o desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes em idade escolar. Mais do que isso, são direitos humanos fundamentais, pois representam a base da própria vida.

Alimentar-se corretamente é um dos principais fatores para o crescimento e desenvolvimento saudáveis, portanto uma boa alimentação é a melhor forma para prevenir e combater as doenças, melhorando assim a qualidade de vida. Uma criança ou adolescente, com alimentação pouco variada e em quantidade insuficiente pode desenvolver algumas carências nutricionais, como anemia, desnutrição energético-proteica, entre outras.

Logo, são os alimentos que vão construir o corpo humano, fornecer maior resistência às doenças, dar energia e calor, melhorar a aparência física, e ainda, através deles, obter maior capacidade para aprender e melhor disposição para estudar.

O papel dos participantes na pesquisa age de forma consciente e serve de impacto direto na melhoria da relação entre ele e o serviço de merenda ofertado ao corpo discente da Escola Municipal Monsenhor Manoel Vieira (EMMMV). A estratégia para aproximação dos entrevistados foi manter o contato diário com a comunidade de discentes da EMMMV. Com o propósito de que o relacionamento com os estudantes fosse feito da forma mais natural possível, isto é, procurando não alterar a rotina da escola e nem pressioná-las a obter as entrevistas.

O critério utilizado para a seleção dos entrevistados foi o de diversificar o máximo possível o número dos alunos, nas mais diversificadas séries. Por se tratar de uma pesquisa onde foram utilizadas técnicas qualitativas, na tentativa de assegurarmos o nível de profundidade das questões, analisamos constantemente os conteúdos das entrevistas.

A escolha dos números dos entrevistados na escola foi feita sem a preocupação de precisar a quantidade, obedecendo principalmente à representatividade e à disponibilidade do corpo discente.

Diante do exposto, propõe-se avaliar a importância da merenda escolar, cujo objetivo de tal ação é suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos da educação infantil da rede pública durante a sua permanência na Escola Municipal Monsenhor Manuel Vieira, localizada no Bairro do Jatobá, na cidade de Patos PB.

Participaram da pesquisa os alunos de 1ª a 4ª série dos turnos matutino e vespertina. Não houve distinção de sexo, etnia, renda familiar ou doença para participar do estudo. Como critérios de exclusão foram considerados os alunos ausentes no dia da entrevista e crianças cujos pais recusaram a participação delas no estudo.

O estudo foi conduzido com o consentimento da Secretaria Municipal de Educação de Patos PB. Não houve identificação dos participantes. E o desenvolvimento do estudo seguiu os requisitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. (Brasil. CNS, 2000).

A escolha da escola como local alternativo para atacar o problema da fome só pode se colocar junto à reivindicação de preservação de sua função pedagógica diante das aprendizagens da criança.

No princípio o programa da merenda escolar, começou com a distribuição de apenas um copo de leite e, hoje se transformou em uma refeição completa, que o aluno recebe na escola, durante o período em que está matriculado. Diante de algumas realidades sociais, a merenda escolar, muitas vezes, torna-se a principal refeição dessas crianças.

A merenda na escola pública municipal ocupa um espaço significativo no dia a dia dessa escola, tanto no que se refere ao tempo e à organização da rotina como no que diz respeito ao acompanhamento e consecução desta prática junto aos alunos. São servidas duas refeições por turno aos alunos.

Estudos recentes indicam que, para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia. Essa constatação atribui uma responsabilidade ainda maior no sentido de qualificar e ampliar cada vez mais a merenda escolar.

Durante a etapa escolar, a fase entre os seis e doze anos, o crescimento é caracterizado como lento e constante. Este é um grupo etário que tem suas próprias necessidades nutricionais diferindo das outras fases de crescimento, pois, nesta fase, a criança tem novas funções que requerem maior quantidade energética com aporte vitamínica e mineral adequado. (ACCIOLY, SAUNDER, LACERDA, 2004).

2 O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Todo ser humano nasce com um potencial genético de crescimento que poderá ou não ser alcançado, dependendo das condições de vida a que esteja exposto desde a concepção até a idade adulta.

Portanto, o processo de crescimento está influenciado por fatores intrínsecos (genéticos) e extrínsecos (ambientais), dentre os quais se destacam a alimentação, a saúde, a higiene, a habitação e os cuidados gerais com a criança, que atuam acelerando ou retardando esse processo.

O crescimento infanto-juvenil não se restringe ao aumento do peso e da altura, mas caracteriza-se por um processo complexo que envolve a dimensão corporal e a quantidade de células, sendo influenciado também por fatores genéticos, ambientais e psicológicos.

A alimentação é um dos fatores mais importantes em qualquer fase da vida, pois através de uma alimentação balanceada o organismo é suprido de energia e nutrientes necessários ao seu desenvolvimento e manutenção de sua saúde. (SIZER, WHITNEY, 2003).

Privilegiar a alimentação em seu aspecto biológico na escola é propiciar condições adequadas ao desenvolvimento dos que dela participa. Não se trata de renegar sua função pedagógica de criação de sentidos, de estabelecimento de desafios à consciência e à apropriação do social como reconhecimento dos direitos de cidadania e de ampliação desses direitos pela transformação das condições de miséria. O que transforma o social não é o reconhecimento da

condição de miséria, mas as ações construtivas de um sentimento coletivo de direitos sociais.

Para captar o máximo incentivo da criança aos desafios de uma resposta intelectual aos problemas pedagógicos. Alimentando-se na chegada, a criança entra em aula sem estar sentindo fome e pode manter-se livre de seus efeitos durante aquele período.

Nesta fase, a criança sente uma maior segurança e independência das funções motoras por remeterem ao aumento da atividade física informal como uso dos skates, patins, bicicleta, influenciando na estimativa do gasto energético diário. Diante dessa independência, pode ser explicada a omissão do café da manhã, sendo um fator de risco para problemas nutricionais (VITOLLO, 2003).

Crianças que vivem com baixa ingestão de calorias e energia podem vir a desenvolver um quadro de desnutrição. A desnutrição proteico-energética refere-se a um conjunto de distúrbios que tem como causa a deficiência de proteínas e de energia na alimentação e se manifesta principalmente na infância.

Um modelo para oferecer uma alimentação mais balanceada à criança é a alimentação escolar. Pois, deve ser considerada como uma refeição oferecida pela escola para manter a criança alimentada durante a jornada escolar diária, independente de suas condições sócio econômicas, e não como instrumento para erradicar a desnutrição, a fome e o fracasso escolar.

Isto significa que a alimentação escolar deve ser entendida como um programa voltado à atenção dos direitos da criança e do adolescente, que proporciona bem-estar físico durante o seu período diário de frequência à escola, sem apelos assistencialistas que não cabem numa visão moderna de educação escolar.

A importância da alimentação está comprovada em inúmeros estudos e pesquisas. O Ministério da Saúde (2008), em seu site, cita um trabalho da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), publicado em 2003, revela que, para 50% dos alunos da região Nordeste, a alimentação escolar é considerada a principal refeição do dia.

Na região Norte este índice é de 56%. A má qualidade da alimentação nas escolas, no entanto, é um dos principais fatores que comprometem a segurança alimentar da população jovem brasileira. Os mais recentes dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (UNICEF) revelam que 45% das crianças de até cinco anos no país apresentam quadro de desnutrição.

Diante dessa realidade, a alimentação escolar de qualidade é um instrumento fundamental para a recuperação de hábitos alimentares saudáveis e, sobretudo, para a promoção da segurança alimentar das crianças e jovens do Brasil.

E acredita principalmente que promover uma alimentação de qualidade é trabalhar por uma melhor educação pública no país, porque bons níveis educacionais também são resultados de alunos bem alimentados e aptos a desenvolver todo seu potencial de aprendizagem.

3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

As Políticas Públicas traduzem, no seu processo de elaboração, implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Neste contexto, o poder público representado pelo estado surge com as políticas públicas como propostas de melhorias sociais, enquanto os movimentos sociais configuram-se como de fundamental importância para tais políticas serem executadas eficazmente e que possam atingir realmente aqueles que se encontram desfavorecido social e economicamente.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo e abrangente programa do governo federal em ação no Brasil. Uma alimentação adequada proporciona um maior rendimento escolar, equilíbrio necessário para o crescimento e desenvolvimento de um indivíduo.

O PNAE foi implantado no ano de 1955 pelo Decreto 37.106 de 31 de março de 1955, e garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil ao ensino médio matriculados em escolas públicas, e tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola. É o grande responsável pela alimentação dos alunos do sistema público de ensino, promovendo o estímulo a uma alimentação saudável, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais.

Com mais de cinquenta anos de existência como programa institucionalizado dentro da política nacional de alimentação.

O PNAE tem o caráter de complementar a alimentação dos alunos, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988, quando determina que é dever do Estado, ou seja, das três esferas governamentais: União, Estados e Municípios com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade. (pág. 35)

O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio:

CAE - Conselhos de Alimentação Escolar;

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

TCU - Tribunal de Contas da União;

CGU - Controladoria Geral da União;

MP - Ministério Público.

O orçamento do Programa para 2014 é da ordem de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos.

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor, ou seja, R\$ 1,05 bilhão deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar,

medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A aquisição de gêneros alimentícios deve ser realizada por meio de Licitação Pública nos termos da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ou ainda por dispensa do procedimento de licitação, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, na forma de chamada pública no caso de alimentos da agricultura familiar, publicando-se em jornal local, rádios e afixando em mural de fácil acesso. Para tal ação, faz-se um projeto de compra da agricultura familiar contendo os nomes de cada agricultor, o que cada um vai fornecer quantidade e valor unitário. Os agricultores devem estar cadastrados no DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

De Acordo com o anexo IV.

II – o valor per capita para oferta da alimentação escolar a ser repassado será de:

a) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) para os alunos matriculados no ensino fundamental, no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos – EJA;

b) R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

c) R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

d) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC;

e) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

III – para os alunos do Programa Mais Educação haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 0,90 (noventa centavos de real): nesse caso são oferecidas três refeições por dia;

IV – para os alunos que frequentam, no contra-turno, o AEE, o valor per capita será de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real);

V – o número de dias de atendimento a ser considerado no cálculo dos valores devidos à EEx. é de duzentos dias letivos/ano;

a) No caso da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos Semipresencial, serão repassados 20% dos recursos destinados ao EJA Presencial.

VI – os recursos financeiros apurados na forma do inciso I deste artigo são transferidos pelo FNDE a cada EEx. em até dez parcelas (fevereiro a novembro) por ano, não podendo cada parcela ter cobertura inferior a vinte dias letivos;

Segundo Costa *et al.* (2001), o PNAE é um espaço propício para o desenvolvimento de atividade de promoção da saúde, produção de conhecimento e de aprendizagem na escola.

Desta forma poderia ser usado este espaço escolar para trabalhar fatores que influenciam as práticas alimentares de toda a comunidade escolar, podendo questioná-las e modificá-las através da abordagem de temas como:

- Fatores condicionantes e determinantes de práticas alimentares;
- Crenças e tabus;
- Cuidados de higiene pessoal e ambiental;
- Fatores que influem na produção, distribuição e acesso aos alimentos;
- Cuidados no preparo e conservação de alimentos;
- E propostas para uma dieta de melhor qualidade.

4 A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

O Ministério da Saúde juntamente com o Ministério da Educação, considerando que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, instituíram a Portaria nº 1.010/2006 que trata das diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

De acordo com Brasil (2006) seus objetivos são:

Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes público e privado, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Reconhecer que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos.

Definir a promoção da alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários:

I - ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;

II - estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;

III - estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;

IV - restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; e

V - monitoramento da situação nutricional dos escolares.

Definir que os locais de produção e fornecimento de alimentos, de que trata esta Portaria, incluam refeitórios, restaurantes, cantinas e lanchonetes que devem estar adequados às boas práticas para os serviços de alimentação.

- Determinar que as responsabilidades inerentes ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas sejam compartilhadas entre o Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

- Estabelecer que as competências das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e de Educação, dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Educação e Alimentação Escolar sejam pactuadas em fóruns locais de acordo com as especificidades identificadas.

- Definir que os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição, Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa possam prestar apoio técnico e operacional.

- Aos Estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados.

- Definir que a avaliação de impacto da alimentação saudável no ambiente escolar deva contemplar a análise de seus efeitos a curto, médio e longos prazos e deverá observar os indicadores pactuados no pacto de gestão da saúde.

Conforme definido nos regulamentos vigentes sobre boas práticas para serviços de alimentação, como forma de garantir a segurança sanitária dos alimentos e das refeições, estes locais devem redimensionar as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando a alimentação como estratégia de promoção da saúde.

Os dez passos que foram elaborados para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, visando os objetivos propostos na portaria nº 1.010 (Ministério da Saúde) são:

1º passo - a escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.

2º passo - reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

3º passo - desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

4º passo - sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

5º passo - restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

6º passo - desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

7º passo - aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

8º passo - auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essa escolha.

9º passo - divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informação e vivências.

10º passo - desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.

Assim, o comer na escola vai adquirindo suas características, suas significações, vão se constituindo e constitui espaços e tempos neste lugar. É uma prática que envolve alunos, professoras e funcionárias, instituindo a hora da merenda.

Como os alunos se vêm, se pensam, a partir desta prática, já que se supõe que os conhecimentos implicados por tal prática estão envolvidos em processos de transformação da identidade e da subjetividade. Constituindo regimes de verdade, formas de se ver e pensar o sujeito e de esse sujeito se pensar.

A alimentação se torna completa quando é realizada com os alimentos necessários para o crescimento saudável da criança. Desta maneira, a merenda escolar deve ser pensada considerando-se a realidade em que os alunos estão inseridos, buscando-se utilizar os alimentos que fazem parte do seu cotidiano.

O cardápio deve ser feito por nutricionista, contendo as informações nutricionais de cada alimento, em seguida afixado na Secretaria de Educação e nas escolas. Ele deve ter três porções de frutas por semana.

5 METODOLOGIA

O estudo tem abordagem qualitativa, buscando a manifestação de um problema nas atividades, nos procedimentos e nas interações do cotidiano.

Foi realizado no período de 22 de julho a 22 de agosto de 2014, na Escola Municipal Monsenhor Manuel Vieira, localizado no Bairro do Jatobá que faz parte da rede de serviços da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Patos PB.

Foram utilizadas, como técnicas de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas. Para delimitar a suficiência dos dados utilizou-se o critério de saturação.

A observação participante foi utilizada como técnica complementar, para captar informações sobre o contexto do serviço, forma de organização e funcionamento.

Foi observado o refeitório da unidade educacional onde é servida a merenda, como forma de perceber a importância da merenda escolar no cotidiano do alunado.

O grupo de informantes foi constituído a partir do desejo de participar do estudo, mediante consentimento livre e esclarecido, elaborado segundo Goldim (1997), respeitando-se os princípios éticos para pesquisa envolvendo seres humanos. Para tratamento do material, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo do tipo análise temática.

O papel dos participantes na pesquisa age de forma consciente e serve de impacto direto na melhoria da relação entre ele e o serviço de merenda ofertado ao corpo discente da Escola Municipal Monsenhor Manoel Vieira (EMMMV). A estratégia para aproximação dos entrevistados foi manter o contato diário com a comunidade de discentes da EMMMV. Com o propósito de

que o relacionamento com os estudantes fosse feito da forma mais natural possível, isto é, procurando não alterar a rotina da escola e nem pressioná-las a obter as entrevistas.

O critério utilizado para a seleção dos entrevistados foi o de diversificar o máximo possível o número dos alunos, nas mais diversificadas séries. Por se tratar de uma pesquisa onde foram utilizadas técnicas qualitativas, na tentativa de assegurarmos o nível de profundidade das questões, analisamos constantemente os conteúdos das entrevistas.

A escolha dos números dos entrevistados na escola foi feita sem a preocupação de precisar a quantidade, obedecendo principalmente à representatividade e à disponibilidade do corpo discente.

Diante do exposto, propõe-se avaliar a importância da merenda escolar, cujo objetivo de tal ação é suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos da educação infantil da rede pública durante a sua permanência na Escola Municipal Monsenhor Manuel Vieira, localizada no Bairro do Jatobá, na cidade de Patos PB.

Participaram da pesquisa os alunos de 1ª a 4ª série dos turnos matutino e vespertino. Não houve distinção de sexo, etnia, renda familiar ou doença para participar do estudo. Como critérios de exclusão foram considerados os alunos ausentes no dia da entrevista e crianças cujos pais recusaram a participação delas no estudo.

O estudo foi conduzido com o consentimento da Secretaria Municipal de Educação de Patos PB. Não houve identificação dos participantes e o desenvolvimento do estudo seguiu os requisitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. (Brasil. CNS, 2000).

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A alimentação oferecida através do programa de merenda escolar deve suprir, no mínimo, em 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas do ensino fundamental.

São atendidos pelo Programa os alunos da escola Municipal Monsenhor Manuel Vieira, sendo servido cotidianamente uma alimentação saudável e nutritiva, nesse sentido, uma base para crescimento das gerações que construirão o futuro deste país.

A alimentação pode matar a fome do período da jornada escolar de quatro horas e, desta forma, a criança aprenderá mais facilmente, mas isto não resolverá o aspecto relacionado ao fracasso escolar, nem deve constituir o objetivo da alimentação escolar.

A merenda na escola pública é afirmativa do melhor rendimento escolar diante daquela que chamamos a fome do dia. Não se tratando de resolver a condição de desnutrição e conhecendo os efeitos das sensações da fome, tanto sobre a disponibilidade escolar quanto sobre o sentimento de cidadania.

Caberá à escola oferecer uma merenda nutricional mente adequada e na forma de uma refeição coletiva, especialmente na chegada da criança à escola em lugar de no intervalo das aulas. Também é importante considerar tanto a quantidade de alimentos que precisam consumir para um crescimento saudável como a qualidade desses alimentos que serão ingeridos.

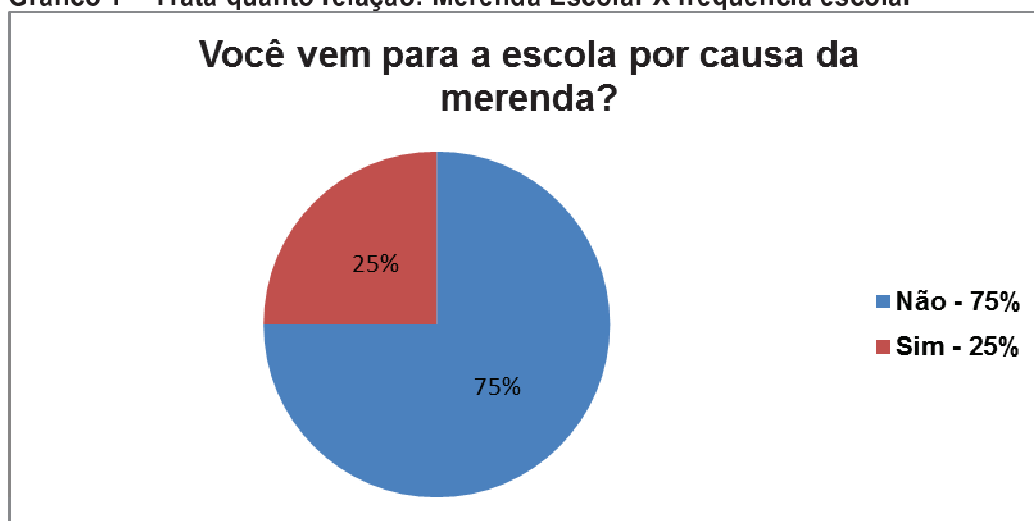
Pois a merenda escolar de boa qualidade ofertada aos alunos acaba sendo uma forma de oferecer assistência àquelas famílias desses alunos, por isso a importância da aplicação de investimentos mais elevados na educação para obter maior qualidade na merenda que, por sua vez, influencia diretamente no aprendizado do aluno.

A melhoria da qualidade nutricional do aluno depende em muito dos esforços realizados pela gestão escolar. Cabe a estes dinamizarem tanto a distribuição quanto oferecerem uma merenda atrativa, que tenha como referência a cultura local e que sua qualidade nutricional seja adequada às atividades desenvolvidas.

O ser humano não produz sem se alimentar, alimentar-se é sem dúvida, requisito básico para manutenção da vida, mais ainda, é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem, uma atividade que deixou de ser mecânica, mais mesmo assim, consome energia.

A participação dos alunos em relação ao questionário realizada com os mesmo nos mostrou questões fundamentais acerca da aceitabilidade da própria merenda escolar servida na unidade escolar que serviu de campo para a pesquisa.

Gráfico 1 – Trata quanto relação: Merenda Escolar X frequência escolar



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O primeiro quesito a ser analisado foi o que diz respeito sobre 'fomo' dos participantes, no quesito: "Você vem para a escola por causa da merenda?", a maior parte dos alunos responderam que não, somente 25% dos alunos questionaram afirmaram que "não se alimentam antes de vir para a escola". Na sequência, observamos que 75% dos alunos pesquisados ingeriram algum tipo de alimentos antes de vir para a escola. Este fato denota a melhoria da qualidade de vida de nossos alunos.

No terceiro item analisado: "Quantas refeições você come por dia fora da escola?", todos foram unânimes em afirmar que a escola oferece duas refeições diariamente aos seus alunos. A questão nos mostra a seriedade com que o tema é tratado dentro da ambiente escolar, já que a gestão da unidade tem convicção da importância da Merenda Escolar para o desenvolvimento de seus educandos, outro questionamento foi feito em relação a possíveis falhas na distribuição da merenda dentro da escola, ou seja, se: "Alguma vez faltou merenda na sua escola?". O número de alunos que respondeu positivamente foi insipiente, visto que a escola se preocupa com o bem-estar dos alunos.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa através das respostas obtidas no questionário realizado com os alunos verificamos que a maioria esmagadora se alimenta da merenda fornecida pela escola. Quanto a sua distribuição é constante, pautada na qualidade alimentar e na atratividade da mesma. A maior parte dos alunos se sente atraída pela merenda, seja por questões socioeconômicas ou simplesmente pela escola oferecer uma merenda saborosa e de qualidade.

7 CONCLUSÃO

A escola vem se apresentando cada vez mais como a segunda casa do aluno, e nela onde ele passa parte do dia realizando atividades físicas, intelectuais e sociais, é natural que a instituição forneça as condições necessárias ao pleno desenvolvimento dos alunos.

Percebe-se que o discente que é bem alimentado mostra disposição, desenvolvimento em suas habilidades cognitivas. Neste sentido, a alimentação propiciada pela merenda escolar acaba sendo significativa para a contribuição do desenvolvimento da criança e do adolescente tanto na escola como na sociedade onde os mesmos estejam inseridos.

Na última década, as questões relativas à segurança alimentar e nutricional têm sido amplamente discutidas e abordadas em diferentes aspectos: biológicos, sociais, educacionais e econômicos (Oliveira, 2007).

No Brasil, a alimentação escolar é um direito de todos os alunos matriculados nas escolas públicas, no entanto, sua aceitação é variável. Para alguns alunos, principalmente os de condições socioeconômicas menos favorecidas, a alimentação escolar é primordial, pois muitas vezes ele é sua principal ou única refeição do dia.

A merenda servida na Escola Pública Municipal Monsenhor Manoel Vieira na cidade de Patos PB, ocupa um espaço significativo no cotidiano desta unidade educacional, tanto no que se refere ao tempo e à organização da rotina como no que diz respeito ao acompanhamento e consecução desta prática junto aos alunos. A alimentação é requisito imprescindível à saúde e ao

desenvolvimento do ser humano, sendo por muitos, considerado direito elementar à população, a garantia deste é objetivo preconizado e perseguido por formuladores de política de todos os países, em maior ou menor escala.

O alimento servido é saudável e adequado, principalmente em idade de crescimento e maturação biológica, constitui fator funcional para o desenvolvimento humano. Diante deste fato, torna-se necessária a preocupação com a alimentação escolar, já que esta substitui uma refeição e para algumas crianças ela é a principal refeição diária.

Parte daí a preocupação dos profissionais da saúde, principalmente dos nutricionistas, de que a merenda ofereça a quantidade e qualidade de nutrientes necessárias para garantir além do desempenho escolar ótimo, uma melhor qualidade de vida. Pois o aluno bem alimentado apresenta melhor aproveitamento escolar, atinge o equilíbrio necessário para o seu crescimento e desenvolvimento, bem como mantém as defesas necessárias para uma boa saúde.

A merenda escolar é um fator de facilitação do trabalho dentro das escolas, atua diretamente na manutenção da vida e dá condições ao trabalho pedagógico realizado dentro da escola.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the benefits provided for school meals in municipal schools in the city of Patos - PB, based on the Municipal School Monsignor Manuel Vieira. The School meals over the years, has been seen as a basic need for the development of the student. The use of a quality diet encourages the learner growth both in physical appearance, intellectual, emotional and social. School meals is a right of children, as it can greatly influence the performance of the student. Therefore, the Statute of Children and Adolescents (ECA) sets the function of the state to ensure quality food in school. The period in which the student remains in school should be welfare to facilitate learning. Good nutrition contributes therefore to a better school performance and, consequently, reduces repetition. The meals can also contribute to the formation of good eating habits. As guidelines the federal government, school meals should be a food supplementation provided to students enrolled in public schools of Early Childhood Education and Elementary Education. It is envisaged by the Constitution and must meet at least 15% of daily caloric needs. In our schools is feeding has become a commonplace action, where the school socially favors the development of children and youth in the search for full development of the citizen.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília, 2008.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resoluções FNDE/CD/nº 035 de 1º de outubro de 2003 e FNDE/CD/nº 038 de 23 de agosto de 2004.

APOIO FOME ZERO (AFZ). **Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar**. 2ª edição ampliada e revisada. São Paulo, 2005.

TURANO, W. A didática na educação nutricional. In: GOUVEIA, E. **Nutrição Saúde e Comunidade**. São Paulo: Revinter, 1990.

CASTRO, T.F, *et al.*; **Caracterização do consumo alimentar, ambiente socioeconômico e estado nutricional de pré-escolares de creches municipais**. *Revista de Nutrição*. São Paulo, v.18, n. 3, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg. **A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania**. Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995. Disponível em 20 de agosto de 2014.

LANCHA JR, Antonio Herbert. **Nutrição e metabolismo aplicados à atividade motora**. 1ª ed. São Paulo. Editora Atheneu, 2004.

SIZER, F.S; WHITNEY, E. N.; **Nutrição: Conceitos e Controvérsias**. 8 ed. Barueri: Manole, 2003.

VITOLLO, M. R.; **Nutrição da Gestação à Adolescência**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso editores, 2003.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO**ACEITAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Nome do Entrevistador: _____ Data: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: _____

Série que leciona: _____ Turno: () Manhã () Tarde

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: () Masculino () Feminino

1. Você come a merenda oferecida na escola?

 Não Sim NR

2. Você gosta da merenda oferecida na escola?

 Não Sim NR

2. Se não. Por quê?

1. Não gosta do cardápio do dia (aparência, sabor, odor)2. Refeições muito repetidas3. Nunca comeu/ Não sente vontade de comer4. Traz comida de casa/ Traz dinheiro para comprar comida5. Temperatura inadequada6. Outra razão

3. A comida oferecida na escola é diferente todos os dias?

 Não Sim NR

4. Alguma vez faltou merenda na sua escola?

 Não Sim NR

5. Você comeu ou bebeu antes de vir para a escola hoje?

 Não Sim NR

6. Quantas refeições você come por dia fora da escola?

1. Nenhuma2. Uma3. Duas4. Três5. Mais de três NR

7. Você vem para a escola por causa da merenda?

 Não Sim NR

**ANEXO A - ALIMENTOS LICITADOS PARA A MERENDA ESCOLAR
REFERENTE ANO DE 2014**

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS PB
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua do Prado SN - Centro – CEP: 58.700-000

Alimentos licitados para a Merenda Escolar referente ano de 2014

Pão, açúcar, amido, sais minerais (fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio e pirofosfato férrico), vitaminas (vitamina C, vitamina E, niacina, ácido pantotênico, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante. Contém traços de leite. CONTÉM GLÚTEN.

FARINHA DE TRIGO- CONTÉM GLÚTEN. Embalagem que contenha informações do fabricante e data de vencimento estampado na embalagem, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.

SUCO CONCENTRADO DE CAJÚ, suco integral de caju, água, suco concentrado de caju. Conservadores metabissulfito e benzoato de sódio, acidulante: ácido cítrico, aromatizante: aroma idêntico ao natural de caju, estabilizante goma gelana. NÃO CONTÉM GLÚTEN.

SUCO CONCENTRADO DE GOIABA, Polpa de goiaba integral, água, potável, acidulante ácido cítrico, espessante goma gelana, conservantes: Benzoato de sódio e metabissulfito de sódio, aromatizante aroma sintético idêntico ao natural de goiaba, antioxidante ácido ascórbico (vitamina C), estabilizante citrato de sódio. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. NÃO CONTÉM GLÚTEN.

**ANEXO B - CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE
PATOS -PB ANO LETIVO 2014.**

TURNO

MANHÃ	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
	Torta de Frango e Suco Goiaba.	Cachorro Quente Suco Caju	Paçoca c/ charque Batata Doce	Bolo Trigo Suco de Fruta c/ Goiaba	Sopa Verduras e batata doce.
TARDE	Cachorro Quente Suco de caju	Paçoca c/ charque Batata Doce	Torta de Frango e Suco Goiaba	Sopa Verduras e batata doce.	Bolo Trigo Suco de Fruta caju

ANEXO E - II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC



Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
ANEXO IV (cont.)

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade		2. CNPJ			3. Município	
4. Endereço				5. DDD/Fone		
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF		
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
1. Identificação do agricultor familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
Nome						
CPF						
Nº DAP						Total agricultor
Nome						
CPF						
Nº DAP						Total agricultor
Nome						
CPF						
Nº DAP						Total agricultor
Nome						
CPF						
Nº DAP						Total agricultor
Nome						
CPF						
Nº DAP						Total agricultor
Total do projeto						

ANEXO F - IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO



Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
ANEXO IV (cont.)

IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO				
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto
			Total do projeto:	
IV - DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS				
V - CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)				
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal	Fone/E-mail:	
			CPF:	
		Agricultores Fornecedores do Grupo Informal		Assinatura
Local e Data:				